

CONTRAPONTO

Dirceu foi justa?**NÃO****O país das cabeças cortadas****Luiz Antonio Muller Marques**

Advogado de Wagner Advogados Associados

No clássico “Alice no País das Maravilhas”, o escritor Lewis Carroll criou personagem que encarnava a face absolutista do Poder. A representação da Rainha de Copas era, em resumo, a figura do Estado autoritário que decidia sem apreciar o mérito dos “problemas”. Tornou-se, assim, consagrada a monótona sentença da monarca: “Cortem-lhe a cabeça!”

Nos dias atuais, o poder absoluto sobrevive não no Estado, mas nas teias da mídia. Aquilo que a grande imprensa sentenciar passa a ser a verdade indiscutível para parte significativa de nossa sociedade.

O caso do julgamento do deputado federal José Dirceu (PT/SP) é um exemplo clássico. Quando “estouraram” denúncias sobre esquemas de corrupção do Governo Lula a decisão de “cortar a cabeça” do deputado foi assumida, sem chances de qualquer decisão em contrário.

É de se admitir que a figura do político José Dirceu sempre esteve associada diretamente à trajetória da esquerda brasileira e, mais diretamente, ao rumo traçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A vitória dele nas eleições de 2002 levou Lula à presidência, bem como toda a cúpula do PT ao poder.

Não é forçoso dizer que José Dirceu representava, em muito, a imagem dessa vitória. Em razão disso toda a parte da sociedade que fora supostamente expurgada do poder tinha ojeriza ao Sr. José Dirceu. Por outro lado, os integrantes da esquerda que se sentiram traídos pela não implementação de um projeto efetivamente diferenciado no Estado nacional também personificaram no deputado o alvo de suas insatisfações.

Fora isso, é inegável a postura pouco simpática que José Dirceu sempre demonstrou no trato com a mídia. Seu ar um tanto quanto arrogante dava a im-

pressão de haver um “muro” entre ele e os mortais.

Nesse contexto é que devem ser fixadas as denúncias que culminaram com a cassação do deputado. Análise puramente técnica dos dados do processo de cassação (diga-se, contudo, que tal estudo só é possível nos dados repassados na mídia) demonstram que há uma completa fragilidade nos fundamentos da punição. Até o presente momento nenhuma prova material foi apresentada contra José Dirceu. Diferentemente de outros casos, não há comprovantes de depósitos bancários em nome do mesmo, de saques feitos por ele ou quaisquer gravações telefônicas. O que existe de concreto? Somente depoimentos de testemunhas que ouviram falar ou que viram-no em “lugar suspeito”.

Além disso, o rito processual da Câmara foi completamente anômalo. Regras básicas de contraditório e legítima defesa restaram ignoradas, prazos foram “encurtados” para atender o “anseio social”, enfim, um Tribunal Inquisitorial foi inaugurado no planalto central.

A busca do réu por intervenções do Judiciário (no caso, o STF) foi vista como “crise entre os Poderes”. A mídia tratou de impor o “caos” em razão da postura “protecionista” do Supremo. Até mesmo ameaças de parlamentares de uma “desobediência” à ordem judicial foi analisada não como um absurdo, mas como uma atitude cidadã (lembrem-se que manifestação semelhante do Sr. Lula, não como Presidente, causou “pavor social” em razão do mesmo considerar que decisão judicial injusta não deveria ser cumprida).

Em resumo, os princípios norteado

“A punição do deputado não se deu pelos fatos denunciados, mas por mágoas”



res da Constituição Federal e do Código Penal foram relegados para que nada pudesse impedir a punição de José Dirceu. Só que tal sanção não está diretamente relacionada com as razões do processo, mas sim com “traições de um projeto de esquerda” ou de “prejuízos ao sistema econômico liberal”.

O que se viu, na prática, foi um julgamento puramente político. A punim

ção do deputado não se deu pelos fatos denunciados, mas por todo um outro conjunto de mágoas e interesses políticos que jamais poderiam interferir em um processo minimamente legal.

Para aqueles que se sentem “aliviados” com a punição do deputado, independentemente da existência de provas, é fundamental referir que na terra da Rainha de Copas nenhuma cabeça está completamente segura.